



Independência, desenvolvimento e agricultura: os desafios da pequena produção no Corredor de Nacala, Moçambique

Helio Bento Maungue¹

RESUMO

A agricultura é o principal ramo de atividade em Moçambique, é constitucionalmente a base de desenvolvimento e vista como garantia da transformação estrutural e de melhoria das condições de vida da população. Neste texto, procuramos analisar os processos sociais que permitem vislumbrar a transformação social e agrícola no e pelo Corredor de Nacala (CdN), na província de Niassa, com o objetivo de identificar as atuais dinâmicas produtivas das associações de pequenos produtores no que se refere ao acesso e disponibilidade de insumos e fatores de produção. A metodologia aplicada consiste na revisão de literatura especializada, realização de entrevistas individuais e em grupo. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas para uma análise de conteúdo e temática. Constatamos que as associações vinculadas ao trabalho agrícola na região têm como obstáculos e dificuldades, o precário acesso aos seguintes itens: Meios mecanizados de cultivo e irrigação; Tecnologia, técnicas e extensão agrícola para produção; Insumos e fatores de produção, além de dificuldades de acesso e uso de infraestruturas logísticas para a pós-produção e a pós-colheita, como armazéns e meios para conservação; uma fraca integração ao mercado e, quando chegam a se integrar, a comercialização é muitas vezes injusta. Por fim, a pequena produção agrícola tem um limitado acesso ao crédito e fontes de financiamento para realizar a atividade. Estes aspectos levam-nos a concluir que os pequenos agricultores estão longe de ser os beneficiados com a implementação e investimentos no corredor, em virtude da ausência de investimentos e de políticas públicas que respondam as dificuldades estruturais, comuns a esse segmento de produção, tornando-os dependentes de apoio e/ou ajuda.

Palavras-chave: Moçambique; Niassa; Agricultura; Pequenos Produtores; Corredor de Nacala.

¹ Helio Bento Maungue é sociólogo, investigador científico do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA-UEM). Doutor em Sociologia e Ciência Política e mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.



Introdução

A organização dos camponeses em comunidades rurais é essencial para o desenvolvimento da vida colectiva no campo e para a criação das condições necessárias à socialização da agricultura. A produção colectiva, porque gera excedentes comuns, é a única via que permite o camponês moçambicano a passagem a métodos mais avançados de trabalho e à introdução da produção mecanizada e das primeiras formas de industrialização do campo².

Moçambique está em processo de consolidação de suas estruturas democráticas, do seu tecido socioeconômico e de promoção do desenvolvimento. O país vem assistindo a descoberta e a exploração de recursos naturais, gerando entusiasmo quanto à sua contribuição na melhoria dos índices de crescimento e desenvolvimento econômico. A par dessa descoberta, o país ainda não conseguiu que o principal ramo de atividade e de emprego, a agricultura, promova uma transformação social e contribua para a melhoria das condições de vida das populações.

No período colonial, as decisões que os pequenos produtores tomavam sobre a maneira de como trabalhar na agricultura e na terra eram condicionadas, em grande parte, pela utilização de formas diretas e indiretas de coação do Estado Colonial Português. A produção agrícola era orientada tendo em conta as necessidades da metrópole e não o desenvolvimento da agricultura moçambicana. A importância dada à agricultura no tempo colonial e no período pós-independência manteve e a agricultura continuou, e continua sendo considerada a base do desenvolvimento da economia do país, tendo destaque no artigo 103 da Constituição da República.

O país se tornou independente em 1975, em 1977 inicia uma guerra civil, e até 1986 vivencia-se uma “tentativa” de implementação do socialismo^{3,4}, no qual as políticas econômicas introduzidas pelo governo visavam transformar as relações

² MACHEL, Samora. Tarefas principais de desenvolvimento. In: FRELIMO. *Relatório do Comité Central ao 3º Congresso*. Maputo: Departamento de Trabalho Ideológico/FRELIMO, 1977, p. 117-143.

³ MALOA, Joaquim. O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 122, 2011 (p. 85-92).

⁴ FERNANDES, Carlos. Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós independência: o caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990. Tese de Doutorado, Salvador: UFBA, 2011.



sociais de produção e tornar o país independente do sistema capitalista internacional⁵. Projeto que não se materializou por completo e o país continua a depender desse sistema para se desenvolver. Com a independência, o papel central na dinamização do processo de desenvolvimento e transformação do estágio da agricultura, coube ao Estado e ao partido FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) outrora movimento que liderou a luta pela independência. Conforme apontam estudos^{6,7,8}, para incentivar o desenvolvimento do setor agrícola, o país adotou uma ideologia de desenvolvimento socialista, promovendo a coletivização e transformação das explorações agrícolas coloniais em explorações estatais de larga escala. Contudo, o processo não foi fácil, pois os principais setores da economia – como o controle da terra e das atividades a ela relacionadas (agricultura, pecuária e pesca) – estavam sob domínio português. Com a partida da maioria desses profissionais após a independência, o país ficou dependente de técnicos para diversas áreas da economia. O país apostou na intensificação e modernização da produção agropecuária e florestal com o uso de fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas, inseminação artificial e maquinaria. O esforço interrompido devido a guerra civil (1977 à 1992) e a transição do sistema econômico em 1986, do socialismo ao neoliberalismo, além da abertura para instituições de *Bretton Woods*, Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Portanto, passados hoje 50 anos do nascimento do país, e da importância dada à agricultura, a situação de pobreza e dependência externa que o país vive, a questão que se coloca é se os sucessos no setor agrícola podem sinalizar que a independência econômica é possível? Como se manifesta isso na pequena agricultura?

As iniciativas de desenvolvimento deste setor não têm respondido e correspondido aos desejos de capitalizar e dar a respectiva importância no

⁵ VALA, Salim C. *Dilemas e desafios do desenvolvimento rural em Moçambique: como criar riqueza através da capacitação do homem e das instituições*. Maputo: AMECON, 2005.

⁶ MOSCA, João. *Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Maputo: Escolar Editora, 2011.

⁷ ZAEHRINGER, Julie; ATUMANE, Ali; BERGER Sibylle; ECKERT, Sandra. Large-scale agricultural investments trigger direct and indirect land use change: new evidence from the Nacala corridor, Mozambique. *Journal of Land Use Science*, v. 13, n. 3, 2018 (p. 325-343).

⁸ KAARHUS, Randi. Land, investments and public private partnerships: what happened to the Beira Agricultural Growth Corridor in Mozambique? *Journal of Modern African Studies*, v. 56, n. 1, 2018 (p. 87-112).



desenvolvimento da economia e, conseqüentemente, engendrar uma transformação social e um desenvolvimento do meio rural. Frente a esse contexto, o objetivo deste artigo é compreender os processos sociais que nos permitem vislumbrar a transformação social e agrícola estimuladas no e pelo Corredor de Nacala, apreendendo os impactos positivos e negativos do mesmo no que diz respeito à melhoria das condições de vida e de produção, ao longo do corredor. E, com isso, identificar como se encontram os pequenos produtores quanto à disponibilidade e acesso aos insumos, tecnologias e mercados agrícolas, bem como no que diz respeito à disponibilidade e acesso aos serviços sociais básicos.

A pesquisa realizada e cujos resultados são apresentados nesse artigo é qualitativa, com abordagem de orientação participativa. A coleta de dados baseou-se em revisão de literatura especializada, a realização de entrevistas semiestruturadas, individuais e entrevistas em grupos (em média três participantes das associações contatadas). As entrevistas foram gravadas em áudio e depois transcritas para uma análise de conteúdo e temática. Estas foram realizadas em português, com momentos de tradução para língua *Emakhuwa*, em função dos interlocutores que apresentaram dificuldades com termos em português, uma vez que a língua materna do proponente da pesquisa é o *Xichangana*.

O trabalho de campo e coleta de dados foi em três distritos da Província do Niassa: Lichinga, Mandimba e Cuamba. Ao todo, entre Maputo e Niassa foram feitas 32 entrevistas. Foram entrevistadas 18 associações, fixadas por saturação. As restantes 14 foram: cinco com organizações ou movimentos sociais rurais, quatro com funcionários públicos do setor agrícola, duas com agências financiadoras/doadoras, uma com uma entidade universitária, uma com uma empresa fomentadora e uma com uma ONG nacional. Devido à dimensão do CdN, ao extenso número de atores que nele operam e por questões logístico-financeiras optamos por escolher essa província, a mais extensa do país e uma das mais 'pobres'. Assim, o trabalho tem como limitação não poder cobrir distritos das outras províncias partes do CdN, algo que permitiria ter uma visão comparativa dos impactos nos pequenos produtores com a implementação do corredor.



Transformação social e desenvolvimento rural como referencial analítico

As mudanças globais e a crescente importância dos fluxos e redes transnacionais em todas as áreas da vida social criam desafios às Ciências Sociais e Humanas. Conceitos analíticos como transformação social, mudança social, reprodução social, ordem social, revolução social, desenvolvimento (desenvolvimento rural, agrícola, local, sustentável, etc.), entre outros, e as categorias inerentes, são elementos da trajetória passada e presente das Ciências Sociais, no geral, e da Sociologia, em particular, na compreensão das sociedades e dos fenômenos sociais a elas inerentes. A compreensão vai de fenômenos relacionados com conflitos armados, questões ambientais (cheias, secas, ciclones, etc.), crises econômicas e alimentares, pobreza, etc., aos fenômenos relacionados às constantes mutações produzidas pela globalização, pela sociedade de consumo, pela sociedade de comunicação e informação, pelo desenvolvimento tecnológico, pela facilidade de transporte e comercialização^{9,10}.

A transformação social implica o modo como a sociedade e a cultura se transformam em resposta a fatores como crescimento econômico, a guerra, convulsões políticas, industrialização, modernização agrícola, alterações relacionadas à descolonização, a formação dos Estados-Nação e mudanças nos sistemas econômicos, que induzem a processos de mudança social e estrutural, isto é, 'grandes transformações' provocadas pela industrialização, pela modernização e mudanças econômicas^{11,12,13}. Assim, estudar os processos do e no CdN, como um processo de transformação social, é tomar este corredor como um processo de transformação da agricultura na região, bem como da transformação das condições de existência dos sujeitos aí residentes.

⁹ SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

¹⁰ CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 40, 2002, (p. 123-148).

¹¹ Id.

¹² SANTOS, Rodrigo S. P. dos. Desenvolvimento econômico e mudança social: a Vale e a mineração na Amazônia Oriental. *Caderno CRH*, v. 29, n. 77, 2016, (p. 295-312).

¹³ KARL, Polanyi. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.



É ao nível local que as transformações sociais, que a manifestação deste corredor se faz ou farão sentir. Como, por exemplo, alterações possíveis nos sistemas de produção e de distribuição, de acesso e de gestão da terra, as relações sociais e as práticas culturais que transformam as condições das comunidades locais. Algo válido quando as transformações sociais forçam pessoas a abandonarem suas comunidades para outros locais, e “quando se verificam mudanças nas práticas agrícolas ou nos regimes de propriedade, ou na sequência do desenvolvimento de um programa de desenvolvimento que pode implicar a deslocação física das pessoas”¹⁴. Para as pretensões desta reflexão, a transformação social com vista à melhoria das condições de vida e de produção deve ser compreendida como parte de um processo que se deseja interativo entre Estado-sociedade, no qual as partes estão conscientes do desejado. Algo que pretendemos destacar com a perspectiva analítica aqui proposta é que o rural e o modo de vida das pessoas que habitam os espaços rurais não são processos sociais absolutos e acabados, mas algo que se transforma.

O que procuramos com este referencial são os diálogos possíveis entre a ideia de transformação social e sua articulação com a ideia de desenvolvimento (rural e agrícola) e dos corredores. Assim, entendemos que o desenvolvimento é um fenômeno e processo que possibilita mudanças e transformações em Moçambique, e os corredores são parte dos meios que podem possibilitar a manifestação desse processo. Contudo, assumindo que a pesquisa se centra em tópicos específicos inerentes ao CdN, temos presente que o processo de transformação social diz respeito a todos aspectos de existência social a todos os níveis espaciais.

O corredor de Nacala, sociedade e economia: breve contextualização

Moçambique, aposta em seis Corredores de Desenvolvimento (CD). Seguindo a lógica da divisão do país em três macrorregiões e a existência dos três principais portos, um em cada região, os três principais corredores são: Corredor de Maputo (que abrange as províncias de Gaza, Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo, no Sul);

¹⁴ Castles (2002, p.138).



Corredor da Beira (que abrange as províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia, no Centro) e; o Corredor de Nacala (que abrange as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, no Norte). Estes corredores seguem mais a lógica de integração regional e internacional. Os outros três são considerados corredores nacionais, que olham mais para um ‘desenvolvimento’ interno, mesmo que entre os mesmos existam ramais que os interligam. E não só, esses três principais são os mais antigos e estabelecidos em termos de infraestruturas e utilização para manuseamento de cargas e mercadorias, nacional e internacionalmente.

O Corredor de Nacala (CdN), que é uma das regiões mais ricas em recursos do país, além de congregar os principais ecossistemas e possui reservas minerais, engloba três províncias com potencial agrícola, o porto de águas profundas de Nacala (Nampula) e o potencial de gás e petróleo (Cabo Delgado)^{15,16}. Manifestando sinais de transformações espaciais e sociais, as tendências recentes mostram que o futuro do CdN passa por uma exploração integrada do território em resposta aos planos do governo. Estes estão diretamente alinhados aos interesses dos investidores e da cooperação internacional, que inclui o desenvolvimento do agronegócio (monoculturas de exportação e plantações florestais), indústria extrativa (carvão mineral, areias pesadas, energia e água) e infraestruturas (principalmente vias de comunicação para escoamento de produtos)^{17,18}.

A defesa da “vocação” e a consequente realização de investimentos na conformação de um corredor logístico na região Norte de Moçambique é antigo. Na colonização, o CdN foi um importante corredor internacional de transporte

¹⁵ UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN. *Os usurpadores de terras no Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no norte de Moçambique*. Barcelona: GRAIN, 2015.

¹⁶ BRUNA, Natacha. Reflexões sobre o modelo de desenvolvimento rural e cooperação no Corredor de Nacala. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 37, 2019 (p. 185-211).

¹⁷ Idem.

¹⁸ IKEGAMI, Koichi. Corridor Development and Foreign Investment in Agriculture: Implications of the ProSAVANA Programme in Northern Mozambique. In: LAND GRABBING, CONFLICT AND AGRARIAN-ENVIRONMENTAL TRANSFORMATIONS: PERSPECTIVES FROM EAST AND SOUTHEAST ASIA. AN INTERNATIONAL ACADEMIC CONFERENCE, Tailândia: Chiang Mai University, 2015. p. 1-18.



constituído pelo Porto de Nacala, Caminhos de Ferro de Moçambique-Norte (CFM-Norte) e o sistema malauiano de ferrovia¹⁹.

O que faz essa região ser corredor é a existência da cadeia logística, neste caso, a ferrovia que sai de Moatize, na província de Tete (onde há exploração de carvão mineral), passando pelo país vizinho, Malawi, passando pela província do Niassa, desaguando no distrito de Nacala-Porto, na província de Nampula, por meio de qual são exportadas *commodities* por via marítima para o mercado internacional. Aqui, a linha do Norte que ligava Nacala à Lichinga e que estava em precárias condições de funcionamento é refeita, sendo o trecho que liga as minas de Moatize novo e conectado por meio de Cuamba^{20,21}. Embora o corredor se consolide atualmente em torno da extração do carvão, um dos principais motivos para a sua criação é impulsionar o setor agrícola, conectando às cadeias de valor globais. Esses elementos, a extração mineira e o desenvolvimento agrícola, fazem com que o CdN seja o principal e promissor projeto de desenvolvimento no Norte do país.

As três províncias que fazem parte do CdN são identificadas como tendo potencial agrícola enorme. As três, perfazem aproximadamente cerca de 10 milhões de habitantes, quase 35% da população total do país. Desses cerca de 10 milhões, a província de Niassa corresponde à 18,5%, Cabo Delgado 23,3% e Nampula 58,2%, por sinal a província mais populosa do CdN e do país. Quanto aos índices de pobreza, as três províncias têm taxas acima da média nacional (46,1%), Cabo Delgado (50%), Nampula (65%) e Niassa (67%). Quanto aos índices de desnutrição crônica e insegurança alimentar também se encontra acima da média nacional (43%), sendo que Niassa possui uma taxa de 43,6%, Nampula 50,1% e Cabo Delgado 51,4%, respectivamente. Estas três províncias estão entre as regiões mais remotas e pobres

¹⁹ GARCIA, Ana; KATO, Karina. Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. *Caderno CRH*, v. 29, n. 76, 2016, (p. 69-86).

²⁰ CATSOSSA, Lucas. O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio. *NERA*, n. 38, 2017, (p. 151-178).

²¹ GARCIA, Ana; KATO, Karina. Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. *Caderno CRH*, v. 29, n. 76, 2016 (p. 69-86).



do país^{22,23,24}. Das três, Niassa, na qual fizemos trabalho de campo, é a mais extensa em termos de território no corredor (também do país), no entanto a menos populosa e mais pobre.

O Inquérito Agrário Integrado (IAI 2020) indica que existem no país cerca de 4.3 milhões de explorações agropecuárias, das quais 97.8% são pequenas, 2% são médias e 1% são grandes explorações. Desses cerca de 4.3 milhões de explorações (pequenas e médias), cerca de 6.9% receberam informação ou conselho técnico de extensão, 39.9% tiveram acesso à informação sobre preços e 0.6% tiveram acesso ao crédito. A área cultivada no período da realização do IAI 2020 era de cerca de 5.5 milhões de hectares, das quais 5.5% das explorações utilizaram pesticidas nos seus campos, 8.8% usaram estrume, 7.8% utilizaram fertilizantes químicos, 1.8% utilizaram herbicidas e 9.1% usou sistema de irrigação. Grande parte das explorações cultivam milho (83.8%), amendoim pequeno (23.6%), mapira (18.3%), arroz (12.8%) e mexoeira (3.8%)²⁵.

Nas pequenas produções agrícolas é preciso referir que os produtores não são homogêneos. Existem três categorias principais. Existem os que são competitivos à escala regional/global: os inseridos no agronegócio, alguns se especializam, produzem *commodities*, produtos de elevado valor e fazem uso de tecnologias melhoradas; Os que estão orientados para alimentar o mercado doméstico têm acesso aos meios de produção mas, limitado capital (crédito); e os que produzem para a subsistência, sistemas muito frágeis, fraco acesso aos meios de produção e o que produzem não cobre as necessidades familiares o que os leva a procurar outras soluções²⁶.

A região do CdN é composta, majoritariamente, por agricultores de subsistência (80%), que implementam uma agricultura bastante tradicional. Nesta

²² AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NORTE (ADIN). Agência de desenvolvimento integrado do Norte, 2021. Âmbito Geográfico (Cabo-Delgado, Niassa, Nampula). Disponível em: <https://adin.gov.mz/> Acesso em: 10 de nov. 2021.

²³ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017, Resultados Definitivos*. Maputo: INE/Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais, 2019.

²⁴ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2021.

²⁵ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. *Inquérito Agrário Integrado 2020*. Maputo: Direcção de Planificação e Políticas, 2021.

²⁶ CAMARADA, Castro. Sector familiar e desenvolvimento em Moçambique. In: MOSCA, João. *Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2015, (p. 12-16).



região, a agricultura é a principal e maior fonte de emprego e de renda familiar. As principais culturas da região são milho, mandioca, soja, algodão, caju, tabaco, batata inglesa, arroz, trigo e feijões diversos²⁷.

Manifestando a ideia de assimetrias entre as macrorregiões do país, especificamente com a capital, evidencia-se que nenhuma parte do país está mais longe de Maputo, mais longe das influências modernizadoras exercidas pelo governo central do que a região Norte, como por exemplo, é das regiões menos eletrificadas no país. Fato apontado como consequência, em grande parte, das limitações da rede de distribuição de energia elétrica da região e à pobreza dos seus residentes. Embora as províncias tenham mostrado sinais de desenvolvimento econômico em certos setores, muito em conta da exploração de recursos e infraestruturas nos últimos anos, a pobreza continua a ser generalizada²⁸.

Pequena agricultura no Corredor de Nacala: dinâmicas associativas atuais

As Organizações de Produtores (OP), nesta pesquisa designadas simplesmente por associações (de pequenos produtores), são organizações de camponeses ou produtores agrícolas ou agropecuários orientados para a satisfação de interesses comuns, relacionados à produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas e pecuários. Estas, podem ser ou não registradas legalmente²⁹. No entanto, são mecanismos de produção coletiva e não organizações políticas. Não tendo agência e capacidade de fazer pressão junto dos políticos e tomadores de decisão, elas têm na União Nacional dos Camponeses (UNAC), em níveis nacional, provincial e distrital, uma espécie de mediadores e porta-vozes de suas reivindicações e relações diante do Estado.

²⁷ LOPES, Mota. Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique. *Observador Rural, Documento de Trabalho*, Maputo, n. 40, 2016 (p. 3-51).

²⁸ KALINA, Marc. Citizen, state, and the negotiation of development: the Nacala development corridor and the N13 highway rehabilitation programme. Tese de Doutorado, University of KwaZulu-Natal, Durban, 2017.

²⁹ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. *Inquérito Agrário Integrado 2020*. Maputo: Direção de Planificação e Políticas, 2021.



A percepção do mundo e perspectivas políticas sobre a pequena produção, bem como projetos e interesses sociais tem na UNAC o seu principal ator e mediador. Por outras palavras, a aproximação e a objetivação dos centros de poder propiciadas pelos mediadores é que viabilizam a adoção de estratégias para obtenção dos recursos desejados para a melhoria das condições de produção dos pequenos produtores³⁰. Portanto, caso ocorram situações de desapropriação ou expropriação de terras, mesmo que por parte do Estado, as associações e as comunidades têm na UNAC seu porta voz e interlocutor de reivindicações.

A aposta em associações tende a ser vista como capaz de desempenhar uma ação determinante em planejamentos de desenvolvimento rural. Ou seja, é essencial contar com uma enorme rede de associações para poder efetivamente combater a pobreza em massa, principalmente nas condições que se encontram e encontrarão a maioria dos países em desenvolvimento³¹. Neste sentido, enquanto os funcionários públicos do setor da agricultura e as ONG's que trabalham ao longo do corredor estão muitas vezes ansiosos por realizar projetos de sucesso, a organização dos pequenos produtores em associações e grupos de produção é frequentemente apresentada como a base para a materialização agrícola ao longo do mesmo³². Todavia, o nosso campo não evidencia necessariamente que as associações são e podem ser tomadas como uma espécie de capital social que os produtores podem usar como mecanismo de transformação social para o desenvolvimento.

Embora a motivação inicial das associações tenha os objetivos coletivos na sua formação, a sua concretização implica a existência de capacidades, competências e disponibilidades que são difíceis de serem associadas cumulativamente. Isso faz com que se questione se “as associações proporcionam vantagens comparativamente às

³⁰ NEVES, Delma P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, Alfio (org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, (p. 147-168).

³¹ ESMAN, Milton; UPHOFF, Norman. *Local organizations: intermediaries in rural development*. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

³² GONÇALVES, Euclides. Agricultural corridors as 'demonstration fields': infrastructure, fairs and associations along the Beira and Nacala corridors of Mozambique. *Journal of Eastern African Studies*, v. 14, n. 2, 2020 (p. 354-374).



explorações familiares, fazendo com que exista maior produtividade, se assim for, será que os associados aumentam seus rendimentos?”³³.

Os dados indicam existência de uma dependência de ONG's “doadoras” para que as associações iniciem suas atividades, o que pode ser um sinal da ausência e incapacidade do Estado em atender a estes grupos. Essa dependência pode ser vista como uma alternativa viável à falta de resposta ou ausência dos poderes públicos no provimento de condições de produção ou de acesso a bens essenciais no processo produtivo. Nesse sentido, as dificuldades que esses grupos enfrentam para participar na vida produtiva dos corredores pode ser crucial para o entendimento de quão inclusiva está a sendo a ideia de desenvolvimento agrícola³⁴.

Os depoimentos abaixo evidenciam qual tem sido a ação do Estado junto das associações, bem como reforçam a dependência das ONG's:

Sim, incentivo...nós temos os técnicos extensionistas que têm trabalhado com os produtores e também temos algumas associações, temos a União provincial dos Camponeses, temos a UPCN, que é a UPCN, que é a União Provincial dos Camponeses, tem formado grupos e o Estado passa a creditar aqueles grupos e a dar alguma certificação, como um grupo de produtores ou associação de produtores. Esse é o trabalho que o Estado tem feito, facilitar a atribuição de documentos...³⁵

E,

O GAPI³⁶ aqui é como um prestador de serviços, está a prestar serviços para o PROMER³⁷, está a fazer a prestação de serviços. Eles aqui estão a prestar serviços ao PROMER. Eu estou a cingir mais na área agrícola, na área agrícola como um todo, porque eles apoiam... o foco é apoiar as associações. Apoiam as associações na organização, na legalização, mesmo na assistência da produção, nos meios para poder... estamos a falar de... tivemos uma máquina agora, há poucos anos que é uma máquina debulhadora, então eles apoiam na cadeia, mas tudo centrado nas associações³⁸.

No meio rural moçambicano há vários tipos de OP e comunidades que se congregam por diversas motivações, econômicas e não econômicas. Muitas delas não possuem dinâmicas produtivas e de transformação estrutural. O envolvimento desses

³³ JÚNIOR, António; DADÁ, Yasser; IBRAIMO, Momade; MOSCA, João. Associações de pequenos produtores do Sul de Moçambique: constrangimentos e desafios. In: MOSCA, João. *Sector familiar agrícola e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2015, (p. 135-160).

³⁴ SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

³⁵ Entrevista com funcionário público na Província do Niassa.

³⁶ É uma instituição financeira de desenvolvimento, que de entre outros aspectos lida com a inclusão financeira.

³⁷ Programa de Promoção de Mercados Rurais do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

³⁸ Entrevista com funcionário público na Província do Niassa.



produtores em associações acontece por motivações grandemente associadas a razões econômicas imediatas. Como, por exemplo, aquisição de crédito, equipamentos ou meios de transporte, falta de conhecimento de preço nos mercados e acesso aos mesmos, falta de poder de compra para aquisição de insumos, falta ou precariedade das instalações de armazenamento, assistência técnica/extensão rural, preservação de recursos naturais (florestas comunitárias) e ao fortalecimento de mecanismos de segurança da terra e de reivindicação em processos que possam gerar conflitos com investimentos (infraestruturas, mineração, turismo, agricultura de média e grande escala). Pensando que seus membros, assim, conseguirão reforçar a sua competitividade, resiliência, abrirem possibilidades, oportunidades geradas pelo mercado e juntos fazerem face aos vários desafios que enfrentam^{39,40,41}.

Os depoimentos abaixo indicam os motivos pelos quais as associações que entrevistamos foram criadas:

Associação mista foi criada para facilitar na parte da comercialização dos membros, também aprender como fazer campos, usar compassos, também como conservar sementes e também capacitação de nutrição, fazer comida para criança que tem problema de saúde. Dentro da associação, grupo misto tinha objetivo a pensar que é um grupo não lucrativo, só facilita a comunidade e também [o] próprio membro, porque depois de nós organizarmos como membros (Associação 2);

Criamos associação porque estávamos [a] sofrer, porque não tínhamos como arranjar caderno para criança...também parte da comercialização íamos lá muito longe *Murrusso, Nacapala*, é por isso que pensamos criar associação para nos facilitar essa parte... comercialização, vinham membros como não membros a vender seus produtos, sim, sim...⁴²

E

O objetivo da criação da associação, nós temos aqui três objetivos. O primeiro objetivo é assunto de extensão, isso é a produção, cujo lá na extensão também temos a comercialização, para ver se nós podemos fazer uma comercialização conjunta. A outra questão é a criação de grupos de poupança, cujo através desses grupos os membros conseguem ter, depositam o seu dinheiro, porque temos... nós chamamos de grupos de PCR, Poupança e Créditos Rotativos, onde através desse valor nós conseguimos, pelo menos, ver se podemos ter alguns utensílios da nossa casa, algum transporte... Então, os objetivos são

³⁹ FEIJÓ, João; DADÁ, Yasser. Médios produtores comerciais no corredor da Beira: dimensão do fenómeno e caracterização social. *Observador Rural*, Documento de trabalho, Maputo, n. 68, 2018, (p 175-201).

⁴⁰ JÚNIOR, António; DADÁ, Yasser; IBRAIMO, Momade; MOSCA, João. Associações de pequenos produtores do Sul de Moçambique: constrangimentos e desafios. In: MOSCA, João. *Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2015, (p. 135-160).

⁴¹ MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. In: MOSCA, João. (org.). *Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2015, (p. 51-98).

⁴² Entrevista com uma associação de camponeses.



esses, primeiro ter a técnica de produção e termos esse assunto de Poupança e Créditos Rotativos⁴³.

Igualmente, as associações tendem a surgir em função do apoio e benefícios que daí podem advir. Entre esses benefícios está a garantia e segurança da posse de terra. Assim, a obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) na qual as associações produzem também depende de programas e projetos, principalmente, das ONG's.

O fato de cultivarem em áreas pequenas, por mais que tenham uma produtividade elevada por hectare, dificilmente os rendimentos serão suficientes para coletivamente saírem da pobreza⁴⁴. Portanto, há que desenvolver políticas que reforcem as associações locais como atores importantes de uma estratégia de desenvolvimento baseada nas comunidades rurais⁴⁵. Aqui, pensar num modelo de desenvolvimento e de transformação social que adote como estratégia uma comunicação com os objetivos destes associados, bem como com a necessidade de os mesmos saírem da pobreza, é fundamental.

Os nossos dados indicam que grande parte dos produtores agrícolas na região estão no meio rural e que os mesmos produzem majoritariamente para a subsistência, com tecnologias de produção simples e fraco uso de tecnologias melhoradas. Mas, esses são vistos, de entre outros aspectos, como meios para a transformação da agricultura, nas regiões atravessadas pelos mesmos, de tradicional para moderna, mecanizada e comercial. No entanto, é preciso abordar questões de como as iniciativas dos corredores podem ou poderão ligar os produtores agrícolas locais aos sistemas de inovação que construam conhecimentos e competências nas comunidades, pelos quais esses sejam produtores sustentáveis e integrados ao

⁴³ Id.

⁴⁴ JÚNIOR, António; DADÁ, Yasser; IBRAIMO, Momade; MOSCA, João. Associações de pequenos produtores do Sul de Moçambique: constrangimentos e desafios. In: MOSCA, João. *Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2015, (p. 135-160).

⁴⁵ LYSON, Thomas. Global capital and the transformation of rural communities. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick (Ed). *The handbook of rural studies*. London: SAGE, 2006, (p. 292-303).



mercado⁴⁶. Isto é, que esses produtores não percam suas terras e formas de subsistência para servirem de mão-de-obra subcontratada aos investimentos que podem surgir. Claro, que isso não se consegue sem políticas eficientes e focadas nesse segmento do setor agrícola.

Aumentar parcelas cultivadas também é parte dessa transformação, na qual, o uso da maquinaria é primordial. Os nossos dados, além de evidenciarem o uso de instrumentos simples e ancestrais, também não apresentam como prática o uso de maquinaria, principalmente do trator no processo produtivo. Sendo que as associações que chegaram de fazer uso do trator foi porque tiveram, uma vez mais, apoio de algumas ONG's ou por meio de projetos/programas da UNAC. No entanto, sobre a questão da maquinaria, especificamente do trator, todas as associações apresentam um fraco, e em algum momento inexistente, uso do mesmo, ainda que as associações estejam cientes da importância do seu uso no processo produtivo. Mas, este tende a ser por vezes por aluguel e associações manifestam falta de condições e recursos financeiros para requisitar o aluguel, algo que revela mais uma das fraquezas das mesmas e, consequentemente, do seu sistema produtivo e da possibilidade de expandir as terras nas quais produzem. Este fato reforça a ideia de falta de sustentabilidade das associações, principalmente porque os programas e/ou projetos pelos quais se beneficiam de apoio, não duram para sempre.

A agricultura moçambicana é, predominantemente, de sequeiro. Mas, se assume que a irrigação pode elevar a produtividade agrícola e reduzir o risco de produção associado a secas e outras variabilidades climáticas, que é elevada no país. Na mesma proporção que há necessidade de tratorizar o sistema de produção, há que generalizar a prática de agricultura irrigada mecanicamente (uso de moto-bombas e/ou eletrobombas) junto dos pequenos produtores e, assim, aumentar o aproveitamento do potencial de irrigação, sem, no entanto, destruir a qualidade dos solos e das águas. Os nossos dados indicam e confirmam o baixo uso de irrigação mecanizada entre as associações, mesmo existindo disponibilidade de água para a irrigação dos campos agrícolas na província. Este cenário evidencia e reforça as

⁴⁶ BYIERS, Bruce; MOLINA, Paulina; ENGEL, Paul. *Agricultural Growth Corridors: Mapping potential research gaps on impact, implementation and institutions*. Rome: CGIAR, 2016.



dificuldades das associações, que na ausência de meios mecanizados de irrigação, têm que irrigar campos acima de um hectare, na sua maioria, na base de regadores de mão típicos para uso em jardins e hortas pequenas.

Aliado à necessidade de potencializar a mecanização dos sistemas de produção, encontra-se o processo de dinamização dos serviços de extensão rural e agrária. No entanto, menos de 7% das pequenas e médias explorações agrícolas recebem no país informação e/ou conselhos técnicos por parte dos serviços de extensão. Além disso, pelos instrumentos de política (nacional e provincial)⁴⁷ consultados, existe uma necessidade generalizada de melhorar o apoio, que inclui o incremento de técnicos que possam assistir os produtores. Os dados indicam uma variação de provedores de serviços de extensão. Desde os serviços públicos, aos serviços prestados pelas ONG's e entidades privadas. Contudo, as técnicas agrícolas são, em grande parte, ainda muito tradicionais e ancestrais, e a adoção de insumos modernos continua baixa. Fato que, como os aspectos de mecanização, dificulta para que se aumente as parcelas cultivadas. Ou seja, sem um incremento dos serviços de extensão e fornecimento de fatores de produção, o aumento da produção e da produtividade continuará aquém do desejado.

À combinação entre o acesso e disponibilidade de maquinaria e serviços de extensão se acresce a necessidade de sementes melhoradas, fertilizantes/adubos, pesticidas/herbicidas e serviços de armazenagem/conservação da produção. Existe um conhecimento desta condição por parte do Estado e das agências “doadoras” e/ou financiadoras. No entanto, esses, se baseiam dessa condição para alimentar a necessidade de levar em diante a ideia dos corredores e seus investimentos, como meio para a facilitação desses últimos recursos, cujo fraco acesso e uso têm consequências na baixa produção e produtividade do setor agrícola.

A comercialização, a disponibilidade e o acesso aos mercados (locais, nacionais e internacionais) para a produção agrícola fazem parte das narrativas e argumentos

⁴⁷ Como por exemplo, Plano Estratégico da Província do Niassa (PEN- 2029), A Política Agrária e Estratégias de Implementação (PAEI), Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura (PROAGRI-I), Programa de Investimento do Sector Agrário (PROAGRI-II); Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), Estratégia de Revolução Verde (ERV), entre outros.



para o investimento em corredores. Isso vem do reconhecimento da não existência de mercados regulares, sustentáveis e, em algum momento, justos no que diz respeito aos preços para os pequenos produtores. O conceito de desenvolvimento rural e agrícola por detrás da ideia dos corredores, no quesito mercados e comercialização, é criticado por alegadamente olhar para os mercados mais globalizados do que para os locais, mesmo sabendo que estes últimos são imprevisíveis, vulneráveis, escassos e nada satisfatórios para os produtores rurais. Sendo que a integração funcional da produção excedentária dos produtores locais, em cadeias de valor rentáveis está longe do desejável. Todavia, continuam incentivos para que esses aumentem a produção e produtividade, mesmo com os obstáculos e necessidades que antes apontamos, mas as dificuldades de ligação dos dispersos pequenos produtores aos mercados persistem. Esses produtores só vêm com bons olhos os investimentos nos corredores se esses melhorarem e diversificarem os rendimentos das comunidades rurais e aumentarem o acesso aos mercados. Sem esquecer a ocorrência de perdas pós-colheita por falta de mercado e mecanismos de conservação da produção^{48,49}.

O objetivo de fazerem comercialização conjunta é uma das metas que fez com que os pequenos produtores criem associações. Aqui, a liberdade de entrar em mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover, por exemplo, o crescimento econômico e/ou industrialização do lugar. Contudo, de modo semelhante, a negação de acesso aos mercados de produtos tende a estar entre as privações enfrentadas por muitos pequenos produtores. Sendo que, ser livre para poder participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social, coletiva e/ou individualmente⁵⁰.

A comercialização agrícola tem um papel importante na economia moçambicana, sendo a principal fonte de renda e rendimento das comunidades rurais. Mas, os sistemas de produção de pequena escala ainda apresentam níveis de

⁴⁸ SMALLEY, Rebecca. Agricultural growth corridors on the Eastern Seaboard of Africa: an overview. *Future Agricultures Consortium*, Brighton, APRA Working Paper, n.1, 2017 (p. 3-40).

⁴⁹ WEST, Jennifer; HAUG, Ruth. Polarised narratives and complex realities in Tanzania's Southern Agricultural Growth Corridor. *Development in Practice*, v. 27, n. 4, 2017, (p. 418-431).

⁵⁰ Sen (2010), Op.Cit.



produtividade e competitividade baixos. O que revela um enorme potencial por realizar. No entanto, esses pequenos produtores precisam de um processo de transformação possível para uma maior inclusão em cadeias de comercialização, na qual a obtenção de uma renda em dinheiro se transforma em uma necessidade absoluta e universal por atingir. Pois estes ainda não têm o lucro como meta em decorrência de não terem no mercado como referência de sua produção em virtude da escassez do mesmo^{51,52}. Uma das formas de inserção em cadeias de comercialização que os associados têm, é a possibilidade de comércio transfronteiriço. Existe considerável comércio transfronteiriço no CdN, ao longo dos cerca de 1.300 Km, separando Moçambique do Malawi, Zâmbia e Zimbábue. De particular interesse está o comércio de milho com o Malawi e Zâmbia, que se mantém informal e é mais ou menos tolerado pelas autoridades desses países⁵³.

Como as necessidades atrás documentadas, os dados indicam o acesso ao crédito agrícola com um aspecto importante. Ou seja, sem que os pequenos produtores tenham no acesso ao crédito um elemento catalisador na desejada, mas pouco efetivada, transformação estrutural da agricultura, a implementação dos corredores com a sua componente de investimento encontrará um segmento já atrasado e fraco no processo de barganha por mercados, aquisição de insumos e fatores de produção. Portanto, sem a provisão dos elementos antes indicados para o processo produtivo das associações, a transformação social que essas vivenciarão pode se manifestar por um crescimento desigual em relação aos investimentos, o que aumentará sua desvantagem e marginalização na corrida ao desenvolvimento⁵⁴.

O Estado moçambicano, especificamente o setor agrícola estatal, tem noção do fraco acesso ao crédito e ao financiamento para produção na agricultura como um todo. Assim, há um destaque e necessidade da expansão do crédito agrícola e rural que se encaixe nas características e nos objetivos do pequeno produtor, bem como no

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

⁵² NOVA, Yara. Estruturas de mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das cadeias de valor. In: MOSCA, João. (org.). *Agro-negócio em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, 2019, (p. 133-176).

⁵³ Lopes (2016), Op.cit.

⁵⁴ CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 40, 2002, (p. 123-148).



desejo de aumentar a produção e produtividade no meio rural, uma vez que os dados do IAI-2020 apontam que os pequenos e médios produtores tiveram em conjunto acesso ao crédito abaixo de 1%, exatamente 0.6%⁵⁵.

Ao longo do CdN não existem bancos comerciais que concedam crédito com enfoque agropecuário e de fácil acesso aos pequenos produtores. O Banco Terra, hoje comprado pelo MozaBanco, concedia empréstimos a partir de 500.000 MT (32 mil USD), sendo que outras instituições como bancos de micro finanças⁵⁶ que oferecem produtos ou insumos agrícolas requerem garantias que cubram o montante de empréstimo⁵⁷. Contudo, dado aos baixos níveis de rendimento, as condições prévias dificultam o acesso ao financiamento por parte dos pequenos produtores. Portanto, o fraco acesso aos fatores e insumos apontados antes, sem precisar depender de projetos e programas de ONG's, só será ultrapassado se as associações tiverem níveis de renda e rendimento que lhes garantam possibilidades de crédito e financiamento à produção ou mesmo que tenham lucros suficientes que lhes permitam investir sem recorrer aos empréstimos. Para tal, uma política de financiamento rural que seja abrangente e nada excludente dos pequenos produtores, "que intermedia recursos públicos destinados ao custeio e ao investimento agrícola"⁵⁸, se manifesta como algo importante para investir e aplicar.

Na vivência diária dos associados e das comunidades de qual são parte, para além das suas condições e necessidades de produção e produtividade apontadas, constatamos que lidam com outras questões da vida social que dizem como está o desenvolvimento da comunidade rural. A promoção do desenvolvimento e transformação social também deve se espelhar em melhores condições de vida que incluam a redução dos índices de pobreza rural, disponibilidade e acesso de bens

⁵⁵ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. *Inquérito Agrário Integrado 2020*. Maputo: Direcção de Planificação e Políticas, 2021.

⁵⁶ Por exemplo, Niassa dispõem de quatro operadores de microcrédito que operam nos distritos de Cuamba e Lichinga, três agências de micro bancos que funcionam nos distritos de Mandimba, Marrupa e Lichinga (GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NIASSA, 2017), para um total de 16 distritos que a província tem.

⁵⁷ FINK, Michael. Constraints and opportunities for horticultural smallholders in the Nacala Corridor in Northern Mozambique. *NADEL, Essay on Development Policies*, Zurich, 2014, (p. 1-14).

⁵⁸ LEITE, Sérgio P. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. *ReLaER*, Buenos Aires, v. 4, n. 7, 2019, (p. 302-323).



sociais e essenciais básicos, ou seja, desenvolvimento rural integrado que ultrapasse a questão de produção (acesso ao emprego, lazer, saúde, educação, energia elétrica, água potável, habitação, paz, etc.).

Ao pensarmos nestas outras questões que estão além, mas direta ou indiretamente, relacionadas com o processo produtivo das associações queremos que a agricultura não seja olhada como um fator independente e isolado de outras atividades da vida dos produtores. Porque fatores econômicos e sociais como serviços elementares de habitação condigna, o acesso à água tratada, a disponibilidade de saneamento seguro, disponibilidade de fontes de eletricidade de qualidade e acessíveis, o acesso aos serviços de saúde e educação, a convivência em clima de paz e segurança, entre outros, são importantes não apenas por si mesmos, também pelo papel que podem dar às pessoas a oportunidade de encarar o mundo com coragem e liberdade. Mas, a capacidade dessas pessoas poderem escolher a vida que elas com justiça valorizam é primordial⁵⁹.

Considerações finais

A agricultura é o principal ramo de atividade em Moçambique. Ela e atividades, direta ou indiretamente, relacionadas garantem fontes de renda à grande maioria da população, principalmente no meio rural, no qual ela majoritariamente reside e trabalha. Ela é constitucionalmente a base de desenvolvimento do país. Nesse sentido, desde a independência até aos dias atuais várias iniciativas de desenvolvimento desse setor e do país e/ou da economia como um todo foram e continuam sendo implementadas, mas ainda não se alcançaram os objetivos desejados. Sendo que, no que diz respeito à agricultura o país segue procurando por modelos ou estratégias de desenvolvimento que articule e sustente os subsetores de pequena, média e grande escalas de produção.

Longe de elaborarmos uma análise acabada sobre as narrativas que justifiquem a implementação e investimentos nos corredores no país no pós-independência, com o artigo procuramos apresentar alguns elementos para um entendimento sociológico

⁵⁹ Sen (2010), Op.cit.



sobre os processos produtivos das associações entrevistadas, bem como da relação desses processos com as narrativas sobre os corredores.

Constatamos que existe, no desenvolvimento do setor agrícola e no desenvolvimento rural, uma forte dependência do investimento em capital privado desde a independência até aos dias atuais. Fato que reforça a falta de políticas públicas fortes para o setor por parte do Estado, que se refletem na dependência de ajuda e/ou apoio que os pequenos produtores manifestam no seu processo produtivo.

Quanto as dinâmicas sociais e produtivas das associações, essas não se manifestam como mecanismos capazes de perpetuar a transformação social da agricultura praticada pelos pequenos produtores, bem como de melhoria dos rendimentos e de redução da pobreza. Por mais que elas tenham os objetivos coletivos traçados, constatamos uma ausência de processos sociais que garantam prossecução destes e, desse modo, garantir a estabilidade e sustentabilidade das mesmas. Pois, essas associações em quase todas ações de garantia de funcionalidade dependem de ajuda e/ou apoio de projetos/programas de ONG's nacionais e estrangeiras, tais como, registro, legalização e garantia do DUAT das terras nas quais cultivam.

No trabalho da terra essas associações têm como os seguintes obstáculos e dificuldades: acesso a meios mecanizados de cultivo e irrigação; acesso de tecnologia, técnicas e assistência técnicas para produção limitadas; fraco acesso e uso de insumos e fatores de produção; fraco acesso e uso de infraestruturas logísticas para pós-produção e pós-colheita, como armazéns e meios para conservação da produção; uma fraca integração ao mercado e, quando se integram, a comercialização é injusta para elas e; fraco acesso ao crédito e fontes de financiamento à atividade, o que limita a capacidade delas responderem a todas dificuldades e obstáculos anteriores, bem como de poder fazer parte do processo de inclusão financeira.

Portanto, essas questões articuladas colocam os grupos de agricultores distantes do diálogo e das respostas em relação às narrativas da transformação estrutural da agricultura, via transformação da agricultura tradicional para moderna e comercial que, supostamente, tem como objetivo melhorar as suas condições de vida e bem-estar.



Referências bibliográficas

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NORTE (ADIN). Agência de desenvolvimento integrado do Norte. Âmbito Geográfico (Cabo-Delgado, Niassa, Nampula). Disponível em: <https://adin.gov.mz/> Acesso em: 10 de nov. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BRITO, Luís de. A FRELIMO, o marxismo e a construção do Estado nacional 1962-1983. Maputo: IESE, 2019.
- BRUNA, Natacha. Reflexões sobre o modelo de desenvolvimento rural e cooperação no Corredor de Nacala. Cadernos de Estudos Africanos, n. 37, 2019 (p. 185-211).
- BIYERS, Bruce; MOLINA, Paulina; ENGEL, Paul. Agricultural Growth Corridors: Mapping potential research gaps on impact, implementation and institutions. Rome: CGIAR, 2016.
- CAMARADA, Castro. Sector familiar e desenvolvimento em Moçambique. In: MOSCA, João. Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Maputo: Escolar Editora, 2015, (p. 12-16).
- CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 40, 2002, (p. 123-148).
- CATSOSSA, Lucas. O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio. NERA, n. 38, 2017, (p. 151-178).
- ESMAN, Milton; UPHOFF, Norman. Local organizations: intermediaries in rural development. Ithaca: Cornell University Press, 1984.
- FEIJÓ, João; DADÁ, Yasser. Médios produtores comerciais no corredor da Beira: dimensão do fenómeno e caracterização social. Observador Rural, Documento de trabalho, Maputo, n. 68, 2018, (p. 175-201).
- FERNANDES, Carlos. Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós independência: o caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990. Tese de Doutorado, Salvador: UFBA, 2011.
- FINK, Michael. Constraints and opportunities for horticultural smallholders in the Nacala Corridor in Northern Mozambique. NADEL, Essay on Development Policies, Zurich, 2014, (p. 1-14).
- GARCIA, Ana; KATO, Karina. Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. Caderno CRH, v. 29, n. 76, 2016, (p. 69-86).
- GONÇALVES, Euclides. Agricultural corridors as 'demonstration fields': infrastructure, fairs and associations along the Beira and Nacala corridors of Mozambique. Journal of Eastern African Studies, v. 14, n. 2, 2020 (p. 354-374).
- GOVERNO DA PROVÍNCIA DO NIASA. Plano Estratégico do Niassa 2018-2029 (PEN 2029). Lichinga: Governo da Província do Niassa, 2017.
- IKEGAMI, Koichi. Corridor Development and Foreign Investment in Agriculture: Implications of the ProSAVANA Programme in Northern Mozambique. In: LAND GRABBING, CONFLICT AND AGRARIAN-ENVIRONMENTAL TRANSFORMATIONS: PERSPECTIVES FROM EAST AND SOUTHEAST ASIA. AN INTERNATIONAL ACADEMIC CONFERENCE, Tailândia: Chiang Mai University, 2015. p. 1-18.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2021.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017, Resultados Definitivos. Maputo: INE/Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais, 2019.
- JÚNIOR, António; DADÁ, Yasser; IBRAIMO, Momade; MOSCA, João. Associações de pequenos produtores do Sul de Moçambique: constrangimentos e desafios. In: MOSCA, João. Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Maputo: Escolar Editora, 2015, (p. 135-160).
- KAARHUS, Randi. Land, investments and public private partnerships: what happened to the Beira Agricultural Growth Corridor in Mozambique? Journal of Modern African Studies, v. 56, n. 1, 2018 (p. 87-112).
- KALINA, Marc. Citizen, state, and the negotiation of development: the Nacala development corridor and the N13 highway rehabilitation programme. Tese de Doutorado, University of KwaZulu-Natal, Durban, 2017.
- KARL, Polanyi. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- LEITE, Sérgio P. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias.



- ReLaER, Buenos Aires, v. 4, n. 7, 2019, (p. 302-323).
- LOPES, Mota. Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique. Observador Rural, Documento de Trabalho, Maputo, n. 40, 2016 (p. 3-51).
- LYSON, Thomas. Global capital and the transformation of rural communities. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick (Ed). The handbook of rural studies. London: SAGE, 2006, (p. 292-303).
- MACHEL, Samora. Tarefas principais de desenvolvimento. In: FRELIMO. Relatório do Comité Central ao 3º Congresso. Maputo: Departamento de Trabalho Ideológico/FRELIMO, 1977, p. 117-143.
- MALOA, Joaquim. O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994. Revista Espaço Acadêmico, n. 122, 2011 (p. 85-92).
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Inquérito Agrário Integrado 2020. Maputo: Direcção de Planificação e Políticas, 2021.
- MOÇAMBIQUE. Constituição da República. Maputo: Imprensa Nacional/Boletim da República, 2004.
- MOSCA, João. Agricultura, diversificação e transformação estrutural da economia. In: MOSCA, João. (org.). Agro-negócio em Moçambique. Maputo: Escolar Editora, 2019, (p. 61-99).
- MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. In: MOSCA, João. (org.). Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Maputo: Escolar Editora, 2015, (p. 51-98).
- NEGRÃO, José. Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural. Maputo: Texto Editores, 2008.
- NEVES, Delma P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, Alfio (org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, (p. 147-168).
- NIJHOFF, Jan; VERÍSSIMO, Patrick; ARLINDO, Pedro; BILA, Aniceto. Desenvolver o setor agrícola. In: ROSSI, Doris (org.). Moçambique em Ascensão: construir um novo dia. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014, (p. 77-91).
- NOVA, Yara. Estruturas de mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das cadeias de valor. In: MOSCA, João. (org.). Agro-negócio em Moçambique. Maputo: Escolar Editora, 2019, (p. 133-176).
- PAUW, Karl; THURLOW, James; UAIENE, Rafael; MAZUNDA, John. Agricultural growth and poverty in Mozambique: technical analysis in support of the Comprehensive Africa Agriculture Development Programme (CAADP) I. International Food Policy Research Institute, Working Paper n. 2, 2012 (p. 1-23).
- SANTOS, Rodrigo S. P. dos. Desenvolvimento econômico e mudança social: a Vale e a mineração na Amazônia Oriental. Caderno CRH, v. 29, n. 77, 2016, (p. 295-312).
- SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SMALLEY, Rebecca. Agricultural growth corridors on the Eastern Seaboard of Africa: an overview. Future Agricultures Consortium, Brighton, APRA Working Paper, n.1, 2017 (p. 3-40).
- THOMAZ, Omar R. Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. Revista de Antropologia, v. 51, n. 1, 2008 (p. 177-214), (p.117).
- UAIENE, Rafael. Caracterização do sector familiar em Moçambique. In: MOSCA, João. (org.). Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Maputo: Escolar Editora, 2015, (p. 23-49).
- UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES; GRAIN. Os usurpadores de terras no Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no norte de Moçambique. Barcelona: GRAIN, 2015.
- VALA, Salim C. Dilemas e desafios do desenvolvimento rural em Moçambique: como criar riqueza através da capacitação do homem e das instituições. Maputo: AMECON, 2005
- MOSCA, João. Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009). Maputo: Escolar Editora, 2011.
- WEST, Jennifer; HAUG, Ruth. Polarised narratives and complex realities in Tanzania's Southern Agricultural Growth Corridor. Development in Practice, v. 27, n. 4, 2017, (p. 418-431).
- ZAEHRINGER, Julie; ATUMANE, Ali; BERGER Sibylle; ECKERT, Sandra. Large-scale agricultural investments trigger direct and indirect land use change: new evidence from the Nacala corridor, Mozambique. Journal of Land Use Science, v. 13, n. 3, 2018 (p. 325-343).



Independence, Development, and Agriculture: The Challenges of Small-Scale Production in the Nacala Corridor, Mozambique

Abstract: Agriculture is the main economic activity in Mozambique, constitutionally regarded as the foundation for development and seen as a key guarantee for structural transformation and improved living conditions for the population. This text seeks to understand the social processes that enable glimpses of social and agricultural transformation in and through the Nacala Corridor (CdN), in Niassa Province, in order to gain insight into the productive dynamics of smallholder associations, particularly in relation to their access to and availability of inputs and production factors. Data was collected using literature review, individual and group interviews. The interviews were audio recorded and transcribed for thematic and content analysis. We found that these associations face numerous challenges in farming, including: limited access to mechanized cultivation and irrigation tools; limited access to technology, techniques, and agricultural extension services; poor access to and use of inputs and production factors; inadequate access to post-production and post-harvest logistical infrastructure, such as storage facilities and preservation means; weak market integration, and when integrated, they often face unfair trade conditions; and limited access to credit and financing sources for their activities. These factors lead us to conclude that small producers are far from being the main beneficiaries of the implementation and investment in the corridor, due to the absence of targeted investments and public policies that address the structural challenges common to this production segment, leaving them dependent on support and/or aid.

Keywords: Mozambique; Niassa; Agriculture; Small producers; Nacala Corridor.

Recebido: julho/2025

Aprovado: novembro/2025.